

CAPÍTULO 06

PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT: TRAJETÓRIAS, REDES E PODER POLÍTICO SOB A PERSPECTIVA DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Jessica Kamille Cruz Simões¹

Marta Zorzal e Silva²

Resumo:

Este artigo apresenta os resultados de um estudo sobre as articulações que se estabelecem entre organizações da sociedade civil e o Estado para influenciar os processos decisórios. Tendo como referente empírico o estado do Espírito Santo, a investigação se debruça sobre o Partido dos Trabalhadores (PT) – Diretório Estadual – com vistas a identificar os principais traços identitários, objetivos, estratégias de atuação, desafios, princípios ético-políticos e articulações que o PT desenvolve dentro do espaço público capixaba, no sentido de viabilizar a concretização de suas pretensões político-partidárias. Trata-se de pesquisa qualitativa realizada por meio de análise documental e entrevistas em profundidade, com sete lideranças partidárias, cujos resultados foram submetidos ao método de análise do discurso do sujeito coletivo (DSC). Como resultado apresenta um mapeamento dos principais traços da trajetória petista no estado, destacando características das lideranças fundadoras, elementos identitários, estratégias de atuação, redes constituídas, principais mudanças ao longo dos últimos 15 anos, entre outros aspectos. O confronto dos dados com a literatura pertinente permitiu concluir que a trajetória recente do PT-ES confirma a tendência nacional de atualização do discurso petista, na qual o foco radical de 1982, voltado especialmente para os problemas sociais, sofreu um processo de flexibilização no sentido de ampliar o leque de alianças sócio-políticas e, com isso, conquistar e manter posições relevantes nos quadros do poder institucional.

¹ Graduanda em Ciências Sociais, voluntária de iniciação científica do Laboratório de Estudos Políticos – LEP / Núcleo de Pesquisa em Ciências Sociais – NEPCS-UFES.

² Doutora em Ciência Política, pela USP-SP, Professora dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PGCS e em Saúde Coletiva da UFES. Coordenadora do Laboratório de Estudos Políticos – LEP/NEPCS e segunda Líder – OPPP / PPGADM / UFES.

Palavras-chave: Democracia, Atores Coletivos, Partido Político, Espírito Santo, PT.

6.1 - Introdução

Este artigo é produto de uma pesquisa maior, intitulada “*Trajetórias, Redes e Poder Político: Aspectos das Articulações entre Sociedade Civil e Sociedade Política sob o Discurso do Sujeito Coletivo*” que objetivou ampliar o conhecimento sobre o potencial e os desafios de um conjunto de 14 organizações representativas da sociedade civil capixaba — entre elas organizações ligadas ao mundo do trabalho, ao mundo empresarial, ao sistema partidário, a sociedade civil e aos movimentos sociais — para produzir coalizões e bases de apoio político que resultem em processos de governança democrática e participativa no Espírito Santo. Para tanto, mapeou os principais traços identitários, objetivos, estratégias de atuação, princípios e desafios dessas organizações em relação aos seus fins, ao mesmo tempo em que buscou investigar as potencialidades e limitações de cada uma para produção de coalizões e/ou redes de sustentação e apoio político na conformação das composições ao governo estadual. Para além da *democracia eleitoral* e suas liberdades básicas, a intenção é sondar sobre a vigência de traços da cultura política democrática presentes na formulação das agendas políticas seja no âmbito interno das organizações pesquisadas seja na sua articulação com a sociedade civil e com o Estado.

Considerando o eixo mais geral delineado, o foco aqui incide sobre a atuação do Partido dos Trabalhadores (PT) no estado do Espírito Santo com a intenção de inquirir sob suas práticas partidárias na produção do poder político estadual. Busca identificar na trajetória recente do partido, seus objetivos e estratégias e em que medida suas ações são pautadas ou não pelos princípios e valores da normatividade democrática, bem como apontar suas redes de articulações políticas com a sociedade civil em geral.

Além de buscar ampliar o conhecimento sobre o Partido dos Trabalhadores numa unidade subnacional do Estado brasileiro, a questão que se coloca nesta pesquisa refere-se à inteligibilidade das relações entre os sujeitos coletivos na

sociedade contemporânea capixaba. Para tanto, ancora-se nas vertentes da ciência política que, atualmente, tem chamado atenção para o papel das lideranças políticas, sociais e culturais, que, dispondo de diferentes recursos de poder intelectual, monetário, institucional, simbólico, eleitoral dentre outros, podem influenciar diferentes processos decisórios em múltiplas arenas (URBINATI, 2006; COSTA, 2002). Dessa forma, o conhecimento sobre a representação partidária e sobre como as práticas desses sujeitos coletivos interferem nas decisões dos governos estaduais é relevante para conhecer o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento da democracia no âmbito subnacional de governo.

Ademais, como o estudo tem como referente empírico o estado do Espírito Santo é importante destacar que a temática dos partidos políticos e sobre o sistema partidário estadual não tem merecido a atenção dos pesquisadores, pois raros são os trabalhos existentes, o que justifica o investimento realizado por esta pesquisa. Desse modo, a escolha do PT-ES visa contribuir com a necessidade de ampliar conhecimentos sobre os partidos políticos e suas práticas, bem como sondar sobre sua participação no processo de alargamento da democracia no estado no Espírito Santo

A análise está organizada em cinco partes, sendo esta introdução a primeira. A segunda concentra-se na literatura sobre partidos políticos, situando em grandes linhas os problemas e as estratégias partidárias no Brasil, a partir da reforma partidária de 1979. A terceira ocupa-se da metodologia utilizada para atingir os resultados da pesquisa. A quarta parte apresenta e discute os dados empíricos. Por fim, a quinta parte é dedicada às considerações finais e a indicação de pistas para futuros estudos.

6.2 – Revisão da Literatura

A segunda metade do século XX caracterizou-se por profundas mudanças sociais, políticas e econômicas que impuseram novas configurações para o mundo ocidental. Entre estas se destacam, no cenário político, as relativas aos processos de transição democrática nos países do sul da Europa, no leste

Asiático, na África e América Latina; no cenário econômico a transnacionalização do capitalismo, as mudanças no padrão de acumulação e no padrão técnico e organizativo das relações de produção; e, no cenário social a emergência de novos movimentos sociais — o que possibilitou uma reconfiguração das suas reivindicações, cujos conflitos migraram do plano das classes sociais para a esfera das identidades dos grupos minoritários.

Essas mudanças nas configurações do mundo econômico e do mundo do trabalho, ao lado das transformações sociais e políticas além de impulsionar processos de democratização nos países cuja tradição democrática ainda era embrionária, reconfigurou os termos dos conflitos e as pautas que até então haviam pontuado a cena política. Desse modo, as reivindicações por “emancipação” e por “inclusão social” que ressurgiram nos países pobres influenciaram novas agendas, impulsionando a incorporação de novos elementos às análises formuladas a partir de então, tais como a “formação das identidades dos atores”, a importância da participação na vida política, a pluralização da representação e a criação de novos mecanismos para possibilitar a educação política dos cidadãos (MOISÉS, 2005; GURZA LAVALLE, 2006a, e 2006b)

No Brasil, os efeitos dessas mudanças se fizeram sentir de forma mais clara a partir de meados da década de 1970, momento em que se explicitou uma conjuntura de crises plurais — econômicas e políticas — que marcou as décadas subseqüentes com profundas mudanças no regime econômico, no regime político e na esfera político institucional. Este processo acabou por redefinir o padrão de relações vigente tanto entre Estado e mercado, assim como entre Estado e sociedade civil.

O autoritarismo político, vigente desde março de 1964, no contexto das referidas crises deu mostras de seus limites sob os efeitos do tensionamento crescente oriundo dos movimentos e lutas contra o regime militar e pela democratização da sociedade brasileira. A luta por participação da sociedade civil e por direitos de cidadania marcou a década de 80 com mobilizações e protestos pelo fim do regime ditatorial e pela redemocratização do país. Estas

conduziram ao que se denominou à época de “novos movimentos sociais”, os quais foram caracterizados por ações coletivas no âmbito societal, em que as associações e grupos buscavam se posicionar de forma autônoma em relação ao Estado.

Os movimentos sociais destes tempos tiveram o seu papel reconhecido por grande parte dos analistas, tanto pela sua contribuição na transição à democracia, quanto pelo seu papel na definição dos próprios parâmetros da democracia. Isto é, as próprias fronteiras do que deve ser definido como arena política: seus participantes, instituições, processos, agenda e campo de ação. Como nos diz DAGNINO (2002), as contestações culturais dos movimentos sociais, embora possam ser fragmentárias, plurais e contraditórias, não devem ser vistas como subprodutos das lutas políticas, mas como constitutivas dos esforços dos movimentos sociais para redefinir o significado e os limites da própria política.

Vale lembrar que o regime militar burocrático-autoritário havia anulado o princípio da cidadania e suprimido os direitos políticos, uma vez que qualquer expressão de protesto ao regime era considerada um atentado aos princípios de autoridade e à legalidade do Estado (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006). No plano da disputa político-partidária, havia uma tentativa, por parte da cúpula militar, de deslegitimação dos partidos, em especial, do partido de oposição — o MDB —, cujo comportamento era “descrito como apenas tolerável ou quase-subversivo” pelo regime (LAMOUNIER e MENEGUELLO, 1986, p. 67).

Entretanto, a partir do processo de liberalização política e restauração das regras do jogo democrático, o sistema bipartidário foi extinto por meio da lei nº 6767 em dezembro de 1979 e restaurado o pluripartidarismo, atendendo interesses do governo e de boa parte da oposição. Da perspectiva do governo federal, de acordo com Carreirão (2006, p. 21), a avaliação era de que a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido de apoio ao regime militar, o qual desde as eleições de 1974 vinham perdendo espaço para a oposição, poderia perder a maioria nas eleições seguintes para o Congresso (colocando

em risco a eleição do próximo presidente, via Colégio Eleitoral); de outro lado, os diversos setores da oposição, aglutinados no MDB (Movimento Democrático Brasileiro), pressionavam por mudanças, tendo em vista que não estavam mais interessados em ficar em um único partido, extremamente heterogêneo, como era o MDB, que incluía desde liberais descontentes com o regime até grupos de esquerda.

Considerando o contexto de liberalização gradual do regime autoritário a reforma partidária de 1979 trouxe constrangimentos restritivos que não permitiram a livre mobilização das forças políticas. Com isso, o sistema partidário emergente da reforma de 1979 não expressou a reorganização dos partidos pré-existentes ao regime militar, mas a emergência de um novo sistema partidário (KINZO, 2001). Foram então criados até maio de 1980 seis partidos, sendo quatro novos: PP (Partido Popular), PT (Partido dos Trabalhadores), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e PDT (Partido Democrático Trabalhista), e dois, PDS (Partido Democrático Social) e o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) são sucessores, respectivamente, da extinta ARENA e do extinto MDB. Porém, devido aos constrangimentos impostos pela legislação eleitoral de 1982 o PP (Partido Popular) voltou a fundir-se com o PMDB. Posteriormente a Emenda Constitucional nº. 25, de maio de 1985, além de permitir a legalização de partidos comunistas, facilitou a formação de outros partidos. A partir de então se configurou o marco regulatório e o padrão do sistema multipartidário em vigor no Brasil atualmente.

Diversos autores têm chamado atenção para a fragilidade do novo sistema partidário constituído. Entre eles, Mainwaring (2001) destaca os traços de baixa institucionalização e de instabilidade dos padrões de competição partidária, marcado pela intensa volatilidade eleitoral, que por sua vez reflete a incapacidade dos partidos para conquistarem um eleitorado estável e fiel. Sublinha que estas características decorrem da fragilidade do enraizamento partidário na sociedade, medido pela baixa identificação partidária, pouca credibilidade e legitimidade pública dos partidos. Embora enfatize que a vitória das “Diretas Já”, em 1985, e a instauração da Nova República se prestou à

cena política como um momento em que os partidos brasileiros teriam oportunidades para estabelecerem bases sólidas e se institucionalizarem, estas oportunidades foram minadas nos mandatos de Sarney e Collor. As revisões das legislações eleitorais e partidárias realizadas por estes governos adotaram normas institucionais adversas ao desenvolvimento dos partidos, como a permissão de livre troca de partidos pelos parlamentares e o afrouxamento das restrições eleitorais para a formação de novos partidos (MAINWARING, 2001).

Do ponto de vista teórico-analítico vale ressaltar que, na vigência da democracia, os partidos são mediadores fundamentais entre a sociedade civil e a sociedade política, uma vez que formulam projetos, formam quadros, estabelecem redes de articulação com a sociedade civil (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006). Entretanto, nenhuma instituição política produz efeitos por si só, dissociada do conjunto das instituições com as quais funciona articuladamente e do ambiente histórico-social e da cultura política em que se constitui e opera (MAINWARING, 2001). Nesse sentido, há que se ter claro que existem diversas forças sociais almagamadas por diferentes concepções de mundo e de projetos de sociedade, que resulta na constituição de diferentes tendências partidárias, normalmente identificadas no espectro político por um *continuum* ideológico normalmente diferenciado entre partidos tradicionalmente de “direta” e partidos de “esquerda”.

Sobre este aspecto, e considerando apenas os partidos de esquerda, Garcia (1994, p.121), argumenta que “(...) se considerarmos ‘de esquerda’ os partidos e movimentos que se autodesignam ‘socialistas’ – deixando de lado, portanto, os projetos anarquistas ou anarco-sindicalistas do começo do século – pode-se considerar a existência de três gerações de organizações de esquerda no Brasil”.

Tendo em vista que o recorte temporal definido pela pesquisa está circunscrito aos partidos criados a partir da reforma partidária de 1979 e a performance mais recente dos mesmos, interessa destacar da análise de Garcia (1994) a reflexão sobre a *terceira geração* de organizações de esquerda no Brasil. Desse ponto de vista o autor sublinha que essa geração caracteriza-se por

traços de uma *esquerda social* que emerge no âmbito dos movimentos sociais da década de 70, principalmente no movimento operário e sindical. A democratização da vida política é entendida por essas organizações como espaço de construção da cidadania, a qual havia se materializado nas tramas pelo “reconhecimento do direito a ter direitos” (TELLES, 1994), fomentando a institucionalização de novos direitos, entre eles o direito a participação social na gestão pública. Vale ressaltar que esse movimento de lutas desembocou no processo constituinte que, além de marcar o restabelecimento da democracia representativa, incorporou o princípio de participação direta da sociedade civil em diversos dispositivos da Constituição de 1988.

Desse modo, as forças políticas de esquerda, no Brasil, constituída pelos movimentos sociais, sindicatos, intelectuais, ONG's e partidos políticos, foi capaz de criar um projeto político democrático-participativo que permitiu afrontar as tradições autoritárias do regime militar. É, portanto, nesse contexto que, o Partido dos Trabalhadores (PT), objeto de análise deste artigo, apresenta-se como ator político fundamental para entender os movimentos que conduziram a restauração da democracia brasileira (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006). Primeiro, por sua natureza institucional como mediador entre a sociedade civil e o Estado. Segundo, por sua origem nos anos 1980 aglutinando sindicalistas, ativistas dos movimentos sociais, católicos de esquerda, intelectuais marxistas e progressistas. E terceiro, por encampar “o projeto de levar adiante uma profunda transformação democrática da sociedade brasileira” (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006, p. 77).

Por outro lado, vale destacar que apesar dos constrangimentos e limites à formação do sistema partidário, destacados por Mainwaring (2001), Kinzo (2001, 2005), entre outros, em relação à inexistência de raízes partidárias profundas na sociedade, o Partido dos Trabalhadores (PT), neste cenário, emerge como exceção entre os demais. Nesse sentido, Kinzo (2005), argumenta que:

A visibilidade dos partidos, essencial para o desenvolvimento da identificação partidária, pode ocorrer apenas se eles forem muito bem organizados e tiverem uma clara estratégia para construir um perfil

diferenciado. Como a única organização de massa no sistema partidário brasileiro, o PT pôde se beneficiar de sua exposição singular, construindo, pois, raízes no eleitorado. (...) O PT fortaleceu sua organização e se apresentou às urnas como um efetivo partido de oposição e de esquerda. Ao manter essa estratégia, evitando se misturar a parceiros eleitorais do outro extremo do espectro ideológico, este partido conseguiu fixar sua imagem e criar laços com uma porção significativa do eleitorado (KINZO , 2005, p 77).

Portanto, segundo Kinzo a capacidade do PT de se distinguir dos outros partidos foi resultado de uma estratégia política deliberada de salientar uma clara postura de oposição ao governo, ao mesmo tempo em que ressaltava os princípios políticos do partido. Traços estes expressos na recusa do partido, em seus primeiros anos de existência, em formar alianças com outros partidos, que, posteriormente, foi substituída pela estratégia de participar de alianças apenas com partidos do mesmo espectro ideológico, entre outras características que marcam sua identidade no espectro político partidário no seu nascedouro.

Essas características identitárias estão presentes no Art. 1º do Estatuto do Partido dos Trabalhadores que define a organização partidária nos seguintes termos: “uma associação voluntária de cidadãos e cidadãs que se propõem a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático”³.

Tendo a construção do socialismo democrático como objetivo e âncora estratégica de longo prazo, o partido aprovou, em seu 1º Congresso Nacional, o que entende por socialismo. Sua concepção é explicitada com a afirmação de que no plano político, o socialismo construir-se-ia a partir da combinação entre democracia representativa e formas populares de democracia direta; e no plano econômico, pela combinação de algum planejamento estatal com um

³ Cf. Estatuto do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/portaltpt/dados/bancoimg/c091003181315estatutopt.pdf>>. Acesso em: 18/10/2009.

mercado orientado para o social. Porém, essa definição é tida apenas como um direcionamento, uma vez que, para o PT, o cidadão é quem deve decidir seu próprio destino, sendo a função do partido a criação de condições para que isso aconteça (SINGER, 2001). Esse pensamento reside no propósito originário do PT de ser um antídoto ao vanguardismo, próprio das esquerdas existentes entre 1968-78, que apresentavam uma cultura política contestatória no campo social, mas autoritária no âmbito de suas práticas organizacionais e instâncias dirigentes da organização social (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006). Neste sentido, deixar que os trabalhadores decidam os objetivos últimos e o conteúdo de suas lutas seria uma maneira de não se distanciar das bases.

No cenário das disputas políticas, a partir de meados dos anos de 1980, o projeto democratizante do PT “teve de se defrontar com a emergência do projeto neoliberal, primeiro no governo Collor de Melo (1991-1994), eleito em 1989, e depois, com ênfases diferentes, nos governos de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso (1995-2000) e inclusive, Lula (2003-2006)” (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006, p.77). Com isso, o partido vem enfrentando desafios para conciliar os anseios da sociedade civil e de sua base partidária com o projeto neoliberal dominante no controle do aparato estatal, o que debilita as redes estabelecidas entre o partido e a sociedade civil, representada pelos ativistas e líderes dos movimentos sociais de base.

Em suma, a literatura sobre o sistema partidário brasileiro e, em especial, sobre o Partido dos Trabalhadores aponta para uma construção de identidade e raízes partidárias únicas, configurando uma exceção no sistema partidário brasileiro pouco institucionalizado. Realça sua assimilação como um partido surgido nos movimentos sociais e sua identificação com o projeto democrático-participativo. Destaca a implementação de seu projeto como um desafio: uma vez que o partido atuando no campo institucional marcado pela ortodoxia neoliberal, encara problemas entre acordar o exercício do poder e as expectativas de suas bases partidárias e sociais.

Este artigo pretende contribuir com o conhecimento já produzido na direção de mapear a atuação e expressão do Partido dos Trabalhadores no Espírito

Santo, identificando suas especificidades regionais no âmbito das tendências gerais do partido. Além disso, visa contribuir para ampliar o saber sobre suas estratégias e ações na produção de alianças políticas ou ao contrário afastamentos e conflitos que expressam as configurações de interesses diversos presentes na arena política capixaba.

6.3 – Metodologia

Trata-se de uma pesquisa exploratória, qualitativa e descritiva, que para atingir seus objetivos, utilizou-se de duas fontes de dados, analisados à luz da revisão de literatura sobre partidos políticos: a pesquisa documental — Estatuto e o conteúdo do *site* do Partido dos Trabalhadores — e entrevistas semi-estruturadas, registradas em áudio, transcritas em sua literalidade e realizadas entre outubro e novembro de 2008.

As entrevistas foram realizadas com os sete líderes políticos considerados mais representativos, tanto por sua função, como pelo reconhecimento de sua representatividade, atribuído por diferentes membros do partido. A definição desse critério teve a finalidade de registrar o depoimento daqueles sujeitos autorizados a falar pela organização, tendo em vista que nosso objetivo visa extrair o discurso institucional.

O roteiro padrão de entrevista, aplicado a cinco dos sete entrevistados, contempla a percepção dos sujeitos sobre a razão de ser do partido (características que o especificam em relação aos demais partidos, objetivos, políticas e estratégias adotadas a partir de 1995); os valores ético-políticos que norteiam a conduta de seus membros no que diz respeito à normatividade democrática (circulação interna de informação, participação dos associados ou das bases na formulação de políticas e estratégias, mecanismos internos de controle e sanção, concepção de improbidade administrativa, etc.); bem como a pré-disposição ou indisposição para estabelecer parceria ou articulação com um conjunto de organizações citadas na entrevista para a concretização de determinados fins. Os dados daí extraídos foram organizados por meio do método de pesquisa qualitativa chamado *Discurso do Sujeito Coletivo* (DSC), conforme consta no item sobre metodologia do presente Relatório de Pesquisa.

Quanto aos outros dois entrevistados, foi aplicado um roteiro específico de entrevista, contemplando, além de questões do questionário padrão, a definição de socialismo democrático e como ele é colocado em prática nos mandatos eletivos. Estes dados, embora não organizados segundo a metodologia do DSC, foram utilizados para complementar ou reforçar àqueles e enriquecer a análise.

6.4 – Resultados

O Partido dos Trabalhadores foi fundado em 10 de fevereiro de 1980, quando foi aprovado, no auditório do Colégio Sion, em São Paulo, o Manifesto do PT, reunindo 1200 pessoas. Porém, ele só foi reconhecido oficialmente pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral em 11 de fevereiro de 1982. O contexto de seu nascimento foi marcado por intensa mobilização social e sindical, especialmente na região do ABCD Paulista. Os “novos sindicalistas”, assim descritos por não terem tido contato com o movimento sindical pré-ditadura, constituíam a hegemonia social e política dentro do Partido, mas destaca-se também a adesão de forças nacionais das correntes católicas progressistas ligadas aos de intelectuais de esquerda e às Comunidades Eclesiais de Base (CEB), cuja militância serviu para dar capilaridade ao PT. Nascido de baixo para cima, diferente de todos os partidos que haviam surgido no Brasil, suas características fundamentais incluíam ser um partido classista, de massas, de lutas, democrático e socialista⁴.

Tal gênese vinculada aos movimentos e lutas contestatórias da sociedade civil marcou a estrutura do partido, cujos quadros são constituídos por membros oriundos dos diversos segmentos organizados da sociedade civil. Esta origem externa aos quadros parlamentares (DUVERGER, 1970) se expressa na diversidade de segmentos e tendências que convivem internamente no PT. Com efeito, desde seu nascimento o partido possui várias correntes internas correspondentes às orientações e práticas distintas dos filiados. Estas ao longo do tempo assumiram configurações diversas, sendo que três correntes já deixaram de existir: a “Causa Operária”, que saiu do PT em 1990 e passou a

⁴ Cf. Estatuto do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/portalpt/dados/bancoimg/c091003181315estatutopt.pdf>>. Acesso em: 18/10/2009.

integrar o PCO (Partido da Causa Operária); a “Convergência Socialista”, que deixou o partido em 1993 e formou o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados); e a “Ação Popular Socialista”, que se desfilou do PT em 2005 e se vinculou ao PSOL (Partido Socialista). As atuais tendências são: “O Trabalho”, “Tendência Marxista”, “Articulação de Esquerda”, “Democracia Socialista”, “Movimento PT”, “Movimento de Ação e Identidade Socialista”, e a atual corrente majoritária, “Articulação Unidade na Luta”.

A formação do Partido dos Trabalhadores no Espírito Santo acompanhou em grandes linhas a movimentação para a formação do partido no âmbito nacional. As primeiras reuniões aconteceram em 1979, e em 1980 elegeu-se, no município de Vitória, a primeira comissão provisória. Era necessário formar comissões em pelo menos quatorze municípios no estado para a criação da unidade regional do partido. As comissões foram formadas em dezoito cidades, incluindo os municípios da Grande Vitória, São Mateus, Barra de São Francisco, Colatina, Linhares, Cachoeiro de Itapemirim, Ecoporanga, Muniz Freire, Castelo, Guarapari, entre outros. Os quadros iniciais do partido contavam com professores, estudantes, médicos, jornalistas, operários da construção civil, metalúrgicos, ferroviários, bancários, funcionários públicos e lideranças católicas ligadas as CEB's (Comunidades Eclesiais de Base)⁵.

Esses traços de origem são confirmados pela própria trajetória política relatada pelas lideranças partidárias entrevistadas. Quatro dos sete entrevistados iniciaram sua trajetória nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), outros dois em movimentos estudantis e sindicais, de onde transitaram para a militância partidária. Foi ainda apontada por um dos entrevistados a origem nos movimentos populares, como associação de moradores. Os depoimentos, a seguir, evidenciam os vínculos de alguns fundadores.

Eu comecei a militar um pouco na igreja. (...) Depois, eu comecei na militância no movimento popular, (...) participamos da fundação do CPV, que é o Conselho Popular de Vitória. (...) Comecei a militar na oposição sindical, (...) eu fiquei três mandatos consecutivos na presidência do sindicato (...) e, simultaneamente, dois mandatos na presidência da CUT

⁵ Cf. História – PT no Brasil e Espírito Santo. Disponível em <<http://www.ptes.com.br/>>. Acesso em dez. 2009.

regional da Grande Vitória e depois dois mandados na CUT estadual. (...) Em 94, eu fui eleito deputado estadual pelo PT, (...) depois eu vim pra ficar na liberação partidária, cumprindo tarefas para o partido (...) e hoje (estou) no diretório estadual do PT (Sujeito 2 - Entrevista realizada em 23 de outubro de 2008).

Eu comecei a militar no movimento estudantil, movimento chamado Alicerce dentro de um grupo político já do partido. (...) Comecei a militar na área sindical, (...) fiz um curso de 90 dias em Cuba de assessoria sindical, assessoria política sindical e administração sindical e virei assessor sindical (...) essa a trajetória foi paralelamente ao partido. (...) Sempre tive na direção do meu partido (...) e fui fazendo um trabalho (...) para o partido que era fortalecer e tocar o PT no interior do estado. Com isso, virei dirigente do PT no diretório estadual. (...) E hoje estou na secretaria de comunicação do PT, mas também atuo na formação como educador popular de planejamento estratégico e curso de formação política, curso básico de capacitação, história do partido (Sujeito 05 - Entrevista realizada em 16 de outubro de 2008).

6.4.1 – Traços Identitários

Como traços identitários entendemos as principais características da organização, ou seja os elementos que, segundo os entrevistados, a define e confere identidade, permitindo sua diferenciação com relação a demais organizações partidárias do sistema político brasileiro.

Desse ponto de vista, no que concerne às *características estruturais e organizacionais*, o estatuto do Partido dos Trabalhadores (2001) estabelece como **instâncias** organizacionais do Partido: o Congresso Nacional, os Encontros Nacional, Estaduais, Municipais e Zonais; o Diretório Nacional, os Diretórios Estaduais, Municipais, Zonais e suas respectivas Comissões Executivas; os Núcleos de Base; os Setoriais; e como **órgãos**: as Coordenações de Regiões Nacionais, as Macros e Microrregiões estaduais; as Bancadas Municipais, Estaduais, Distrital e Federal; a Comissão de Ética, o Conselho Fiscal, a Ouvidoria e a Fundação Perseu Abramo. Entretanto, mais do que o arranjo organizacional, o principal traço destacado pelos entrevistados em relação à estrutura e organização interna é a organicidade com que essas instâncias funcionam. Segundo o discurso do sujeito coletivo, o PT:

É um partido orgânico. Um partido que tem uma estrutura interna de funcionamento com espaços de decisão definidos, as regras de condução

interna e de divisão do poder interno do partido são muito claras, são muito firmes. Há reuniões regulares dessas instâncias (municipal, estadual e nacional) para decisões partidárias, debates permanentes, busca de novas filiações de forma permanente, debates nos período em que há eleições. Um partido que funciona com uma organicidade que a gente não percebe no conjunto dos demais partidos, (que) sobrevive em função de grandes lideranças, potenciais políticos, muito mais em função do poder dessas pessoas do que em função do poder da própria estrutura partidária. (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e novembro/2008).

Outro elemento de diferenciação relevante se expressa na forma como a direção e o comando de cada instância e órgão da estrutura organizativa do partido são definidos. Ao contrário das demais organizações partidárias o PT estabelece estatutariamente que o acesso às posições de poder no interior do partido se faz por meio do voto direto dos filiados⁶. Além disso, o direito dos filiados organizarem-se em *tendências* distintas no interior do partido vigora permanentemente no Partido, as quais são assim definidas: “Tendências são agrupamentos que estabelecem relações entre militantes para defender, no interior do Partido, determinadas posições políticas, não podendo assumir expressão pública e declarar-se de vida permanente” (Art. 233,§1º. Estatuto - PT). São, portanto, consideradas legítimas e coerentes com uma das prioridades básicas do partido qual seja, a prática da participação e democracia interna. Desse modo, constituem-se como característica singular ao expressar a possibilidade de agrupamentos de militantes com posições ideológicas divergentes, mas que devem se submeter ao Estatuto e às resoluções políticas do partido. Com isso o partido adota como base a pluralidade de visões e interpretações existentes no Partido e na sociedade, o que, se por um lado, amplia o leque de conflitos internos, por outro, estimula o exercício da prática do debate e argumentação democrática. Nesse sentido, um dos líderes entrevistados argumentou que “alimentar as tendências internas significa exercitar a democracia interna”, ressaltou ainda que “todos os filiados ao PT têm os mesmos objetivos estratégicos, que é a construção de uma sociedade socialista”. Entretanto, observa-se que existem visões diferentes sobre como

⁶ Cf. Estatuto do PT. Seção IV – Processo das Eleições Diretas - PED – Art. 35 a 40.

construir o socialismo. O discurso do sujeito coletivo, a seguir, evidencia essas características do partido:

O PT é um partido em que a dinâmica do poder interno se dá por grupos que se aglutinam, por identidades de práticas internas e de conjunto das idéias internas que se reconhecem. Em outros partidos, podem dizer que não existem as tendências internas ou os grupos, mas muito pior do que isso existe os caciques políticos. Então, essas tendências do PT, eu considero também como uma característica, um diferencial em relação aos outros partidos. Também por ser um partido democrático: nós incentivamos a prática, o exercício da democracia interna. O PT elege suas direções municipal, estadual e nacional através do voto direto de todos os seus filiados, é o que nós chamamos de PED, Processo de Eleições Diretas. (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e novembro / 2008).

Como um partido que emergiu no âmbito dos movimentos sociais da década de 70, aglutinando lideranças de diversos segmentos sociais organizados da sociedade civil, essa gênese conferiu-lhe a qualidade de um partido popular e de massa, tendo uma base diferente dos outros partidos do sistema partidário brasileiro, que nasceram “de cima para baixo”.

Assim, desde seu nascimento o PT sempre se apresentou à sociedade como um partido que se articula “de baixo para cima” por meio das redes constituídas na sociedade civil e da prática democrática interna. Por isso, identifica-se como sendo uma associação partidária que se propõem a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade e transformações sociais⁷. Como destacou Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), o PT “*possui elementos afinados com a democracia participativa*”. Estes, como sabemos, foram incorporados pela Constituição de 1988, por meio de dispositivos que garantem participação social na co-gestão de determinadas políticas públicas, viabilizada por meio de Conselhos Gestores e Orçamentos Participativos. Este último, “seguramente a realização mais difundida e bem-sucedida entre aquelas inspiradas pelo projeto democrático-participativo” (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006, p. 60), foi inaugurado na Prefeitura de Porto Alegre – RS, em 1989, tendo o PT na direção do Executivo Municipal. O discurso do sujeito coletivo, a seguir, mostra como essa prática é percebida pelos líderes:

⁷ Cf. Art. 1º. Estatuto do PT, 2001.

O PT é um partido que preza pela ampliação dos espaços democráticos de participação popular. Por exemplo, o orçamento participativo é uma inovação e uma marca do PT, que ao longo do tempo se tornou praticamente uma política pública. O PT aposta muito nos fóruns democráticos, assim como nos Conselhos Municipais. Essa bandeira de ampliação dos espaços democráticos é algo que está com o PT desde o início e permanece em suas gestões, nos programas de governo e até mesmo na atuação de seus parlamentares. O parlamento pro PT é sempre um espaço muito valorizado, é importante levar para esse espaço todas as demandas e reivindicações da sociedade (e) ser aqui nessa Casa uma caixa de ressonância das necessidades da comunidade. (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e novembro / 2008).

6.4.2 – Trajetória do PT no Espírito Santo

Como vimos, o PT nasce no ES no seio das forças sociais ligadas ao movimento popular e sindical, trazendo em sua agenda compromissos com a sociedade civil e com a democracia participativa, visualizada na idéia força de construção do socialismo democrático.

Com este projeto político enraizou-se na sociedade capixaba tendo obtido desde sua fundação conquistas eleitorais importantes no Espírito Santo. Entre elas se destacam como mais significativas, a eleição, em 1986, de Vítor Buaiz para deputado federal constituinte, em 1988, para prefeito de Vitória, e em 1994, para governador do estado. Para a Assembléia Legislativa entre 1987 e 2002 sua representação variou muito no período⁸, na Câmara Federal manteve um representante, com exceção da legislatura de 1991-1994, momento que não obteve representação. Contudo, sua maior expressividade eleitoral acompanhou a dinâmica nacional do partido a partir das eleições de 2002, período em que elegeu quatro deputados estaduais (Cláudio Vereza, Helder Salomão, Brice Bragato e Carlos Casteglione) e uma deputada federal (Irinny Lopes).

⁸ Para as legislaturas de 1987-1990 e 1991-1994 o PT elegeu três deputados, para a legislatura de 1995-1998 elegeu quatro deputados, porém para a legislatura de 1999-2002 elegeu apenas um deputado. Cf. Zorzal e Silva, M.; Rocha, Y. 1993; Souza Muniz, M. 2003.

Nas eleições municipais de 2004, o partido elegeu cinco prefeitos (Vitória, Cariacica, Castelo, Iconha e Ecoporanga), além de nove vice-prefeitos e 34 vereadores. Nas eleições de 2006, foram eleitos dois deputados estaduais (Cláudio Vereza e Carlos Casteglione) e uma deputada federal (Irihy Lopes). Nas eleições de 2008 ampliou sua base municipal, pois três prefeitos foram reeleitos (Vitória, Cariacica e Castelo), e outros três novos chegaram ao poder (Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Mantenedópolis). Para o cargo de vice-prefeitos foram eleitos seis (Afonso Cláudio, Muqui, Piuma, Rio Bananal, São Domingos do Norte e São José do Calçado) e para vereador o partido passou a contar com 53 representantes nas Câmaras de 36 municípios. Quanto à mobilização e estruturação partidária, o PT conta atualmente com diretórios em todos os municípios do Espírito Santo.

A expectativa de instaurar o “modo petista de governar” e novas práticas de relação com a sociedade civil com a eleição de Vitor Buaiz, em 1994, ao governo do estado não encontrou viabilidade no Espírito Santo. Dificuldades de várias ordens interceptaram o projeto petista, tais como: estrangulamentos da política econômica neoliberal e da estabilização monetária encaminhada pelo Plano Real e desdobramentos da reforma do Estado brasileiro, realizada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), por um lado, e dos próprios conflitos entre o governo e a base parlamentar petista, cujo fulcro decorria de dissintonias entre as tendências internas do partido e os rumos definidos pelo governador, em face da conjuntura de crises, por outro.

Enquanto a Unidade na Luta, tendência ligada ao governador, tinha um perfil mais moderado e apoiava alianças políticas mais amplas, a Opção de Esquerda, ligada aos deputados estaduais eleitos, apresentava um perfil de alianças mais à esquerda do espectro político. Porém, a base parlamentar aliada ao governo (PT, PSB e PC do B) havia elegido apenas sete deputados, num total de 30 vagas. Tal fato implicava na necessidade de constituir alianças estratégicas com outros partidos para conseguir maioria e, portanto, condições de governabilidade.

A situação de minoria acabou se tornando o calcanhar de Aquiles dos conflitos entre o Governador e sua base parlamentar. As alianças realizadas pelo

governador foram contestadas pela bancada do PT, por considerar que comprometeria o programa de governo petista. Além disso, o apoio dado pelo governador à candidatura de Luiz Paulo Velloso Lucas, do PSDB, à Prefeitura de Vitória, em 1996, em detrimento do apoio ao candidato petista, aumentou as tensões entre o governador e o partido. A situação de crise econômica aliada às dificuldades de governabilidade, acrescidas do não apoio do governo federal para solucionar o déficit fiscal estadual geraram sucessivos desgastes para o governo. Em tal contexto de impasses e dificuldades o Diretório Nacional do PT realizou uma intervenção no partido, cujo resultado acabou com o desligamento de Vitor Buaz, em agosto de 1997, do PT. Até o final daquele ano, cerca de 40% dos filiados haviam deixado o partido, que seguiu em crise até meados de 2002. Sobre a forma como se expressou essa situação de crise do governo estadual e do partido no Espírito Santo, o DSC a seguir é particularmente elucidativo.

O PT tinha chegado ao poder estadual no Espírito Santo com o Vitor Buaz, mas esse projeto foi um projeto complicado para o PT, porque o governo do estado estava numa crise financeira muito grande, que já vinha de governos anteriores com problemas nas suas gestões. Em 1994, o governo federal tinha colocado em vigor o Plano Real, e apostava na estabilidade econômica. O grupo de decisão do governo Vitor Buaz pecou ao não considerar que esta política poderia realmente levar a estabilidade econômica e acabou tomando uma decisão desastrosa, que foi, já no início do governo, conceder um aumento linear para o funcionalismo público de 25%. Esse erro foi fundamental para a derrocada do projeto, porque o estado já vinha de um processo de crise e se tivesse a manutenção da inflação galopante, certamente o governo ia absorver um aumento como esse. Mas com a inflação em queda e a caminho rápido para a estabilidade econômica, na verdade o que aconteceu foi um golpe nas contas do Estado. A crise financeira tornou nosso governo, um governo frágil, e governos fracos acabam sendo submetidos pelo poder legislativo. Foi o que aconteceu em seguida. (Nós tínhamos) uma representação pequena, três ou quatro deputados estaduais. (...) O governo se fragilizou e acabou tendo que fazer muitas concessões pra o grupo hegemônico dentro da Assembléia, (contribuindo) para privatização da Escelsa, (adotando) políticas que poderiam ter privatizado o BANESTES e a CESAN. Essas decisões (criaram) uma crise interna no PT, afastou o partido do governo e

afastou o governo de seus representantes na Assembléia. Abriram (e) aprofundaram as divisões do PT, nós tínhamos conflitos sérios dentro do Partido, do governo e entre os partidários e o governo. As reações do partido com seus parlamentares foram tão duras e tão contundentes que impediram um diálogo entre o governo e o PT. O governo seguiu em crise, que foi aprofundada pela crise econômica. Provocou uma saída de quadros do PT, inclusive do Vitor Buaiz, vários quadros que ele prestigiou dentro do governo deixaram o PT, outros quadros históricos do PT, por conta de uma frustração com o exercício do poder no estado do ES, também deixaram o partido (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e novembro / 2008).

6.4.3 – Redes e Poder

Como todo partido político, o PT atua no *espaço público* a fim de formular objetivos, políticas e estratégias de atuação, formar redes de articulação e enfrentar os desafios encontrados para atingir seus objetivos programáticos. De acordo com Dagnino, et. al. (2006), o *espaço público* é o lugar onde é possível dar publicidade aos projetos políticos defendidos pelos diferentes atores sociais, tornando manifesto aquilo que está oculto, isto é, tornando público o que permaneceria no âmbito do privado, dando a conhecer aos demais atores as opiniões, valores e princípios que defendem. Isto é fundamental para a constituição de um ambiente democrático, uma vez que as diferenças entre os vários projetos políticos que se quer implantar na sociedade precisam ser marcadas e conhecidas para que os cidadãos possam aderir ou não a eles de forma consciente e ativa. Desse modo, o espaço público é também compreendido como o lugar onde as organizações partidárias publicizam suas concepções norteadoras, seus projetos, objetivos e estratégias de modo a indicar a sociedade suas orientações fundamentais.

Por outro lado o conceito de espaço público leva em consideração também às formulações contemporâneas⁹ que perpassaram o debate que conduziu a criação de espaços institucionalizados de participação social na gestão pública,

⁹ Segundo Dagnino, et. al.(2006), nesse caso, a idéia de *espaço público* está vinculada àquelas instâncias deliberativas que reconhecem e dão voz a novos atores e temas heterogêneos, refletindo a pluralidade social e política. São oferecidas condições para que essas visões plurais possam se conflitar igualmente em termos de informação, conhecimento e poder, ampliando a prática política nos espaços institucionalizados de participação social.

consagrados na Constituição de 1988. Desse ponto de vista a noção de “público” deixou de ser apenas oposição ao “privado”. A idéia de público foi resgatada como um espaço de participação política da sociedade civil na construção da democracia e do exercício da deliberação que permite estabelecer espaços dialógicos de relação entre a sociedade civil e o Estado (Ibidem).

Considerando esses aspectos o principal objetivo estratégico que o PT leva para o espaço público, entendido na acepção ampliada, é a construção do socialismo democrático. Nesse sentido, um dos entrevistados definiu o socialismo democrático como sendo “uma experiência que tenha uma forte participação da sociedade civil organizada nos destinos da Nação, dos estados, dos municípios. Quer dizer, na prática, visa fortalecer os mecanismos de participação popular”. Ele ainda complementa: “é fortalecer a democracia participativa, não meramente representativa”. Afirmações estas que indicam o caminho definido para chegar ao socialismo democrático. Para atingir este objetivo principal, o partido tem como política *desenvolver redes de articulação* com a pluralidade dos atores presentes no espaço público, cujo traço se expressa também na sua dinâmica interna de abarcar diversas tendências. O DSC, a seguir, mostra claramente a forma com o partido expressa essas convicções:

O partido percebeu que ele tinha que se estruturar e se relacionar melhor com a sociedade, (consolidando) a nossa efetiva participação no movimento social e (enraizando) mais na base, até para conquista institucional. É aí que surge, por exemplo, a Central Única dos Trabalhadores que é uma concepção originária interna ao PT; também as grandes confederações, as grandes organizações do movimento social; o Fórum Social Mundial, que é uma ferramenta importante para discutir esses momentos atuais na conjuntura brasileira. Outra política é a política de relação com os outros partidos. Um dos grandes marcos do PT (em 1995) foi a sua abertura aos outros partidos e às outras concepções de sociedade, mantendo o nosso princípio, mas tendo capacidade de dialogar com as diferenças. É preciso, para alcançar um objetivo que foi, por exemplo, conquistar a presidência da república, dialogar com outros segmentos da sociedade. Nós nos (abrimos) mais às alianças políticas, às alianças eleitorais, que nos levaram inclusive

a ter sucesso nos resultados eleitorais e (são) tão importantes quanto a relação com o movimento social para a institucionalidade. (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e novembro de 2008).

É notável também, pelo discurso de desenvolvimento de redes de articulação política e pela importância da conquista institucional, que outro objetivo do PT é *ocupar espaços institucionalizados de poder político*, ou seja, ampliar sua atuação institucional através de processos eleitorais. Para tanto, o partido utiliza como *estratégia-base* mecanismos de articulação política com instituições e movimentos sociais de naturezas diversas. Essa estratégia consiste em uma triangulação dos níveis de ação e articulação social e política que se viabiliza nas seguintes ações: a) presença e atuação em movimentos sociais, b) atuação por meio da própria organização partidária e c) a presença e atuação no campo institucional, conforme expresso no DSC a seguir:

Nós temos uma concepção de que a luta social e política se dá em três níveis [e] o partido atua cotidianamente com um tripé: – [1] no nível da luta popular, na construção e no apoio ao movimento social, sindical, juventude, mulheres e todos os outros segmentos, [2] no nível da organização partidária e [3] na sua institucionalidade, que é a busca por ganhar espaço institucional no parlamento e no executivo para que a gente possa estar efetuando e fazendo ressonância no partido. Essa é uma ênfase, um pano de fundo, uma diretriz. (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e novembro de 2008).

No que concerne às duas primeiras estratégias os Núcleos de Base e os Setoriais, enquanto partes da estrutura partidária, fornecem o aporte necessário para facilitar a aproximação do partido das comunidades locais e por meio delas estabelecer os contatos e vínculos com os movimentos sociais, organizações, grupos e segmentos sociais diversos. Nesse sentido, de acordo com seu Estatuto os Núcleos de Base são instrumentos fundamentais da organização partidária e da atuação do PT nas comunidades e de integração com os movimentos sociais, sendo abertos inclusive à participação de pessoas não filiadas ao Partido, com direito a ter voz. Destaca-se como função desses núcleos à organização da ação política dos filiados, estreitando a ligação do Partido com os movimentos sociais e a promoção da formação política dos militantes e filiados (Estatuto do PT, 2001).

Por sua vez, os Núcleos Setoriais são instâncias partidárias integradas por filiados que atuam em determinada área específica, com o objetivo de intervir partidariamente junto aos movimentos sociais organizados. São organizados na forma de Secretarias que atuam nos seguintes temas: Combate ao racismo, Mulheres, Juventude, Questão Agrária, Meio Ambiente e Desenvolvimento, e Sindical. À Secretaria de Movimentos Sociais estão vinculados os seguintes temas: Educação, Saúde, Esporte e Lazer, Pessoas Portadoras de Deficiência, Gays e Lésbicas, Religiosos, Criança e Adolescente, Política Urbana, Assistência Social, Assuntos Indígenas e Transporte. Além desses mecanismos o partido utiliza também de outros recursos organizacionais tais como: os Congressos e Encontros Nacionais que têm como funções a discussão, análise e deliberação sobre a atuação política, sobre a atualização do Programa e sobre as formas de organização e funcionamento do Partido (Estatuto do PT, 2001)

Em relação ao terceiro nível de triangulação – presença e atuação no campo institucional – o PT privilegia como estratégia a disputa por meio do processo político eleitoral, seguindo as regras estabelecidas nos marcos legais da disputa, ao mesmo tempo em que busca imprimir sua marca no modo de governar.

O partido apresenta para a sociedade, no período eleitoral, um programa de governo que ele possa cumprir e que possa conviver com as alianças, os governos de coalizão. [Por exemplo,] na eleição da prefeitura da capital [Vitor Buaiz, em 1989] foi um projeto construído de âmbito estadual, onde inclusive outras lideranças abriram mão de posições. [Tentamos ainda] implementar as políticas da região metropolitana, tendo uma boa relação com governo do estado e uma boa relação com governo federal. Se você tiver acesso aos recursos estaduais, federais e tendo essa boa relação com os municípios da Grande Vitória, você consegue implementar políticas que atendam os interesses dos municípios. (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e novembro de 2008).

Para otimizar suas possibilidades nesse campo adota como estratégia a articulação e negociação política com organizações partidárias do espectro político mais próximos de seus princípios e valores visando formar coalizões e

obter apoio da sociedade civil e do eleitorado. A experiência acumulada ao longo dos anos de 1980 e 1990, e as mudanças que foram se efetuando no cenário político compõem um conjunto de fatores que conduziram o partido a modificar suas estratégias neste âmbito. O DSC a seguir evidencia a forma como o PT processou essas mudanças:

Nós fomos buscando [a partir de 1995] reconhecer no seio das organizações sociais, principalmente dos outros partidos, características idênticas às nossas, ou seja, nós somos diferentes, mas temos muitas coisas em comum. Eu acho que identificando essas características comuns que existem dentro das organizações sociais é que o PT foi tendo condição de se abrir e ir construindo as alianças. Na prática foi isso: identificar, respeitar, dialogar com as diferenças, entendendo que é preciso construir de forma coletiva essas relações (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e novembro de 2008).

Analisando a conjuntura econômica e política em que o PT conquistou o poder político institucional máximo da nação brasileira – a Presidência da República – Dagnino, et. al (2006) destacam os limites e constrangimentos encontrados pelo partido para viabilizar seus objetivos programáticos mesmo considerando as atualizações efetuadas. Ressaltam sob este ponto de vista que o desenvolvimento do projeto democrático participativo do PT e a atuação pública daqueles que chegaram a alguma função pública foram limitados por fatores como: “os compromissos eleitorais feitos para governar, a falta de recursos provocada pelos ‘ajustes estruturais’ que impedem políticas sociais redistributivas, as prioridades impostas pela condução neoliberal da economia e o crescente poder das capacidades técnicas para conduzir o Estado” (Dagnino, et. al., 2006, p. 77).

Argumentam, ainda, que essas limitações se devem ao caráter heterogêneo do Estado, cuja primeira dimensão é sua própria arqueologia, ou seja, o modo como as instituições se constituíram em distintos períodos políticos e em diferentes princípios organizacionais, por um lado; a liberdade partidária e as regras eleitorais que acarretam em diferentes projetos políticos ascendendo aos diferentes níveis do governo, seja em estruturas horizontais (executivo, legislativo e judiciário), seja em estruturas verticais (federal, estadual e

municipal), por outro. Esses fatores ao lado do sistema presidencialista no contexto de um multipartidarismo pouco regulamentado formam um cenário de ausência de maiorias parlamentares estáveis, em que Executivo possa articular programaticamente seus projetos, criando necessidade de formar governo de coalizão, muitas vezes de difícil governabilidade. O Discurso Coletivo a seguir evidencia as *dificuldades operacionais com a administração pública e com burocracia*.

Uma dificuldade eu diria que é a de implantação das políticas públicas que os petistas sempre almejavam, sempre imaginaram, que nem sempre é possível implantar na prática, quando você atua numa instância de poder. Outra dificuldade é o modelo existente hoje no Brasil que dificulta a governabilidade - a relação do executivo com o legislativo, isso nos três níveis, que gera não só um empecilho, mas um fator dificultador grande na implantação de políticas. (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e novembro de 2008).

Um exemplo claro dessa dissonância entre o projeto político partidário e a atuação institucional é a crise interna e as dificuldades políticas vivenciada pelo Diretório Estadual do PT-ES durante o governo de Vitor Buaiz (PT) - 1995/1998¹⁰. Para superar essa crise e a desmobilização resultante das frustrações diante da impossibilidade de o PT cumprir as promessas que historicamente veio construindo, foi preciso um amplo trabalho de restauração do partido. A estratégia utilizada foi o investimento na reorganização das bases partidárias via formação política e restabelecimento das redes de articulação com a sociedade, conforme sugere o DSC a seguir.

Nós partimos para a reorganização do partido em todo o estado (para a superação da crise interna do PT) com um trabalho de formação, com comunicação, com muito debate interno para restabelecer os laços do partido com a sociedade. Foi formado um campo de forças internas que se chamava de 'campo de esquerda' que permitiu que chegasse ao controle do PT, no ES, um outro grupo. Essa chegada ao poder é acompanhada de um processo de retomada de reorganização do PT nas bases. Em 2002, a força do projeto nacional ajudou a puxar a retomada do PT. Então, em 2002 o PT

¹⁰ Para uma exposição sobre essas relações, consultar: SCHERER e PEREIRA (2005).

elegeu 4 deputados estaduais, retomando com muita força a sua presença na Assembléia, manteve uma representação na Câmara Federal. E aí, em 2004, as eleições municipais foram eleições fortes. (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e novembro de 2008).

Na verdade, as redes de articulações constituídas a partir do PT na sua dinâmica de interação com a sociedade civil desde sua gênese conferiu-lhe uma qualidade de partido popular e de massa, o que o torna diferente em relação aos demais partidos do sistema partidário brasileiro. Com isso, apesar da reversão de expectativas ocorridas durante a gestão Vitor Buaiz, no momento subsequente, quando a conjuntura estadual esteve permeada por uma situação de crise ética e de desmandos nos poderes constituídos, mas que, entretanto, no plano nacional, o partido veio conquistando maior força na esteira das articulações à presidência da República, foi possível à restauração de suas bases no estado do ES, haja vista a recuperação de sua representação na Assembléia Legislativa em proporções superiores as legislaturas passadas.

Buscando avaliar, ainda que de forma precária, as principais tendências e articulações do partido em relação às alianças e parcerias estratégicas para a construção de um projeto alternativo de sociedade e a sua atuação em rede propusemos aos entrevistados que indicassem as preferências do PT-ES sobre este aspecto. A partir de uma amostra de 18 organizações que compreendem os principais partidos políticos, organizações religiosas, federações, sindicatos, ONG's e movimentos sociais, presentes no Espírito Santo buscamos inquirir aos líderes entrevistados com quais delas o partido teria maior ou menor propensão para construir coalizões ou buscar obter apoio, seja para disputar eleições ou implementar políticas públicas. Os resultados obtidos, sistematizados no Gráfico 6, demonstram que o partido reafirma os seus traços identitários ligados aos movimentos sociais, as organizações ligadas ao mundo do trabalho, as associações de moradores e ONG's. Em relação às organizações do mundo empresarial demonstrou uma propensão média para busca de apoio, enquanto que para construir coalizões o PMDB aparece como

aliado prioritário, porém o PSDB e o DEM não teriam a mesma preferência do partido.

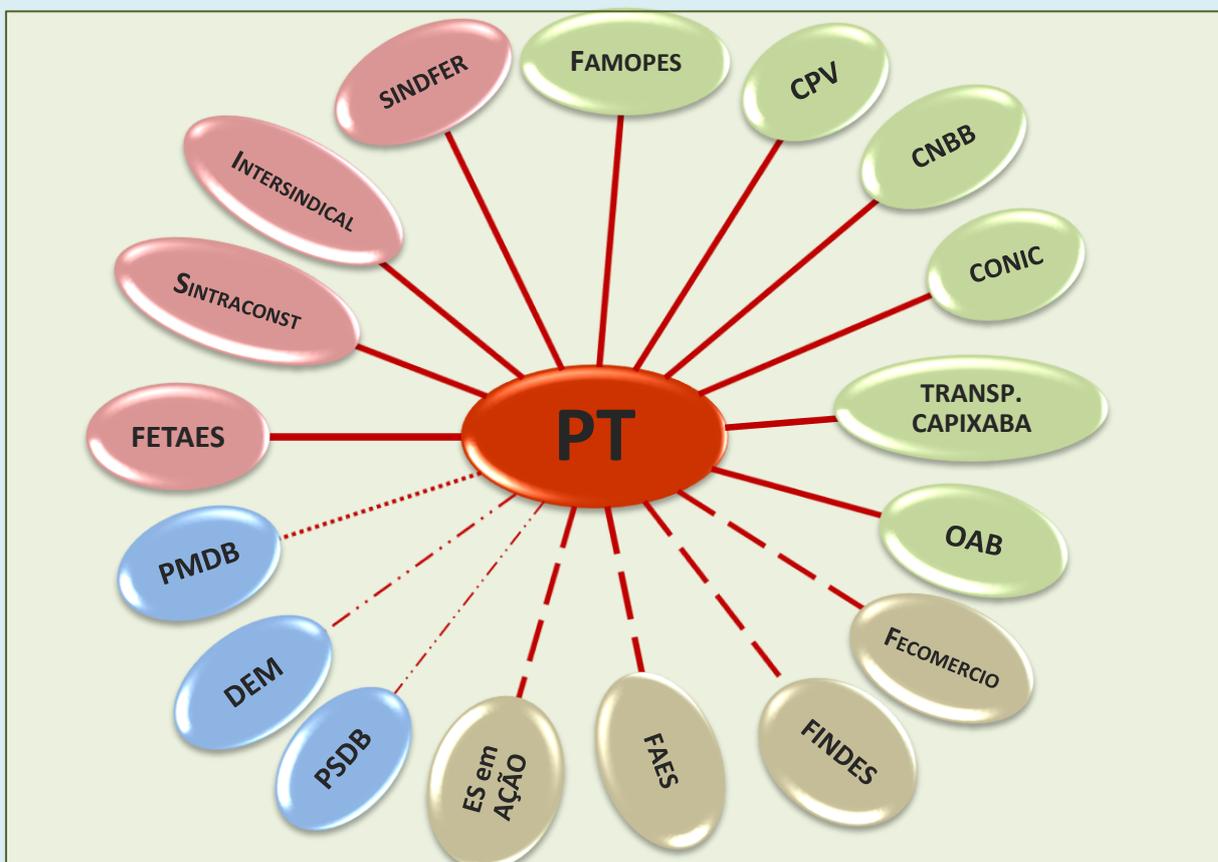


Gráfico 06 – PT versus Instituições/Organizações segundo o grau de articulação possível de ser estabelecido

LEGENDA:

- MUITO PROVÁVEL —————
- PROVÁVEL (pontos vermelhos)
- POUCO PROVÁVEL - - - - -
- IMPROVÁVEL - . - . - . (traço e ponto)

Em relação à aliança com o PMDB, os entrevistados fazem questão de frisar que esta resulta de necessidades estratégicas, calcadas em interesses eleitorais e governamentais para conquistar o poder político institucional. Na verdade, dada as características do sistema partidário e das regras eleitorais, no Brasil, a necessidade de construir governos de coalizão se torna condição *sine qua non* para viabilizar o acesso ao poder político, conforme ressaltado

pela literatura pertinente. Nesse sentido, uma das lideranças entrevistadas se refere às coalizões nos seguintes termos:

Hoje as coalizões partidárias são muito mais uma imposição da lei do que uma opção ideológica. Tanto é que, nos dias de hoje, a falta de nitidez ideológica é muito grande. (...) Seria impensável, do ponto de vista ideológico, determinadas alianças políticas que acabam sendo feitas. (...) E isso é muito ruim, porque tira o perfil e a nitidez dos partidos políticos. Então, para sociedade acaba ficando todo mundo igual (...). Mas por que se faz isso? (...) Para conseguir, por exemplo, representação parlamentar. O que aproxima o PT do PMDB são interesses eleitorais. Menos programático, menos ideológico e muito pragmático em torno dos processos de eleição (Sujeito 07: Entrevista realizada em 10 de novembro de 2008).

Embora os demais representantes do PT também reforcem que o campo de alianças hoje está muito mais amplo do que na década de 80, e que a busca por alianças políticas é uma estratégia de atuação do partido para alcançar o poder, enfatizam que há critérios para essa ação estratégica. Desse modo destacam como aliados improváveis o PSDB e o DEM, visto que esses partidos possuem uma identidade programática alinhada mais à direita, portanto distante do programa e dos princípios do partido.

Entretanto, ressaltam que para as eleições municipais, considerando as características da situação política local, essa propensão pode se flexibilizar. O DSC a seguir evidencia o sentido dessa flexibilização.

Há sempre uma flexibilização dependendo da realidade. Quando se trata de eleição municipal aí há flexibilização no caso do PSDB e do DEM. Porém, sempre é uma exceção, porque são realidades muito locais, então dissidências de conflitos programáticos são pequenas no caso de eleição municipal. No interior, isso tende a ter certa flexibilidade. Existem lugares em que o PT apoiou o candidato do PSDB. Muito menos por uma questão ideológica, mais por uma questão local. (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e novembro de 2008).

6.4.4 – Princípios que pautam as práticas do partido e a conduta de seus membros

Com a intenção de averiguar sobre as práticas políticas da organização, em termos da participação dos membros na formulação dos objetivos, estratégias, acesso às informações e aos recursos buscamos investigar quão democráticas são essas práticas. Em relação aos princípios que pautam a conduta dos membros, nossa preocupação recaiu sobre quais são os critérios de filiação e quais são as transgressões que, uma vez cometidas, ocasionaria expulsão do filiado, e ainda, buscamos identificar como o partido trata a questão da corrupção e da improbidade administrativa.

Nesse sentido, verificamos que o principal meio de participação dos filiados nos assuntos partidários é via Processo de Eleições Diretas (PED). Desse modo, as questões partidárias são discutidas no interior das instâncias do partido, sendo que a direção de todas as instâncias — desde os Núcleos de Base Setorial, passando pelos Conselhos e Executivas, Municipal, Estadual e Nacional — são escolhidas pelos filiados por meio do voto. Este formato permite maior circulação dos filiados pelas posições de poder e participação nas decisões de ordem interna e estratégica do PT. Todavia, o formato de eleições diretas como mecanismo para garantir a democracia interna é recente no partido, antes vigorava o processo de indicação de delegados. O DSC a seguir mostra as diferenças decorrentes dessa mudança.

O PT tem o que nós chamamos de PED, Processo de Eleições Diretas. A implantação do PED foi um avanço, porque o filiado passou a eleger os presidentes municipal, estadual e nacional no mesmo dia e com voto direto, o que não ocorria antes. (Entretanto), até a década de 90, era por delegação, a democracia interna era bem ampla, praticamente todos os assuntos eram debatidos em plenárias municipais. O processo de debate que acontecia em nível municipal, em nível estadual e em nível nacional pelos delegados era muito mais profundo, antes do PED. Hoje o processo é mais eleitoral, isto é, mais de eleição de representante. Se, por um lado, ampliou a base de participação para eleição das direções, por outro, reduziu a profundidade dos debates, muita gente que é filiada hoje, participa muito

mais do processo eleitoral interno do que do dia-a-dia do partido. (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e novembro de 2008).

Além da participação por meio do PED os filiados possuem outros mecanismos de participação nos processos de tomada de decisões do partido. Estes se consubstanciam por meio dos Encontros e Congressos que percorrem uma trajetória que vai dos Núcleos de Base, passando pelo âmbito municipal e estadual até chegar ao âmbito Nacional, momento em que as decisões são tomadas e consolidadas. A dinâmica desse processo pode ser visualizada no DSC a seguir.

A cada dois anos o PT realiza um Congresso Nacional. Esse congresso começa com debates na base, todos os filiados do partido (vão) para os congressos municipais para discutir temas da política estadual e do Brasil e também tirar delegados para vir pro encontro estadual; a base do partido é a primeira instância a se manifestar sobre as resoluções que serão tomadas no Congresso. (No) Congresso Estadual, são votadas novas posições com indicação da delegação; com as demais delegações dos estados, lá no Congresso Nacional, são votadas as posições finais. (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e novembro de 2008).

Outra prática que caracteriza a defesa dos ideais democráticos e de participação é o reconhecimento e o espaço dado para a manifestação das disputas internas entre as *Tendências* existentes no PT, como parte da dinâmica do jogo de poder interno da organização. Essas disputas também possibilitam o diálogo entre os filiados que possuem diferentes identidades e práticas no interior do Partido.

O PT é formado de forças internas. Nós chamamos essas forças de tendências. Esses grupos disputam o poder internamente, e através dos processos eleitorais apresentam as suas candidaturas, que disputam decisões políticas. As disputas acontecem, mas há também muito diálogo e muita composição. Essas composições permitem ao partido fazer movimentos pactuados que carreguem todo mundo na mesma direção. Então, em vários momentos vai haver uma disputa por qual caminho seguir, fazem parte da regra do PT essas disputas, e a posição vencedora, por conta de um ambiente interno de bom

diálogo e tal, vai permitir que mesmo os perdedores das outras posições acompanhem aqueles que ganharam. Desse modo, a definição ganhadora passa a ser um caminho partidário (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e novembro de 2008).

No que tange aos princípios que pautam a conduta dos filiados o Estatuto estabelece os direitos e deveres de todos os filiados ao mesmo tempo em que define a submissão de todos à disciplina partidária, nos seguintes termos:

Art. 12. A todos os filiados ao Partido ficam assegurados idênticos direitos e deveres partidários, estando sujeitos à disciplina partidária, devendo orientar suas atividades de acordo com as normas estatutárias, com os princípios éticos, programáticos e diretrizes fixadas pelas instâncias de deliberação do Partido.

Parágrafo único: Os direitos e deveres previstos neste Capítulo não excluem outros decorrentes dos demais documentos partidários aprovados pelas instâncias superiores.

Além dessa definição, no Título VII – Art. 199 a 230, que tratam da disciplina e da fidelidade partidárias o Estatuto detalha sobre a forma de constituição da Comissão de Ética e suas atribuições, define o que consideram infrações éticas e disciplinares, as penalidades que devem ser aplicadas considerando a gravidade dos casos, as regras para o estabelecimento do processo disciplinar e medidas cautelares.

Em relação ao conjunto de obrigações, vale destacar que no Título I, Capítulo IV que trata dos direitos e deveres dos filiados, os Artigos 12 ao 14 estabelecem, entre outras obrigações, que o filiado empossado em cargo de confiança na administração pública ou possuidor de mandato eletivo, deverá exercê-lo com probidade, fidelidade aos princípios programáticos e à orientação do Partido. No que concerne às Casas Legislativas e aos mandatos eletivos nessas casas, o Estatuto, no Título III, Capítulo III, Art. 63, estabelece que “as Bancadas Parlamentares estão subordinadas às deliberações das instâncias partidárias de direção”. Portanto, o candidato aos cargos do Legislativo deve reconhecer que todo mandato eletivo pertence ao Partido e que, caso deixe a legenda ou dela for desligado, as instâncias de direção

poderão adotar todas as medidas necessárias para preservar o mandato, inclusive substituí-lo por suplentes do Partido. Princípio este que inibe a infidelidade partidária e portanto o livre trânsito para migrações partidárias, muitas vezes efetuadas ao sabor das conjunturas adversas.

No que tange aos procedimentos para filiação ao Partido, o Estatuto no Título I, Capítulo III, Art. 4º. ao 11º, estabelece tanto os requisitos como as instâncias competentes para aprovar a filiação de acordo com os casos especificados: cidadão comum ou lideranças de reconhecida expressão no cenário político. O Discurso do Sujeito Coletivo, a seguir, mostra a forma como interpretam essas determinações.

Os requisitos de filiação ao PT são afinança com a linha partidária, (ou seja) identidade partidária, atuação em alguma instância da luta social ou da luta institucional. As pessoas que vem pro PT têm que ter vivência partidária. (O PT não aceitaria), do ponto de vista do perfil ideológico, pessoas que manifestadamente já tenham assumido qualquer posição que seja contrária aos nossos princípios. O PT tem um conjunto de idéias que formam uma espécie de critério ou filtro político-ideológico. E quem vai aferir isso é quem está na direção da base partidária. (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e novembro de 2008).

Em relação à circulação de informação, além dos espaços institucionalizados de veiculação e discussão das questões encampadas pelo partido, descritas anteriormente, os entrevistados destacaram a utilização da *internet* como o principal meio de veiculação de informações e de comunicação, seja através da página eletrônica, isto é, o *site* do partido que contém tanto as informações do diretório nacional como link para acesso aos diretórios estaduais; seja através de mensagens eletrônicas, isto é, *e-mails*, enviadas aos membros.

Ainda em relação às práticas e princípios que regem a conduta dos filiados ao PT, buscamos averiguar, na percepção de suas lideranças, que atos são concebidos como corruptos e de improbidade administrativa, e como esses dois comportamentos são tratadas dentro do partido. O primeiro foi analisado tomando por base que a corrupção é um fenômeno social complexo e de múltiplas facetas que pode ocorrer tanto na esfera privada como pública e que,

no caso do comportamento político, o termo “corrupção” é empregado para definir toda e qualquer violação ética no trato da “coisa pública”, do “bem público”. O segundo especifica aquela conduta antiética que fere ou se distancia dos padrões morais admitidos por um código de conduta. Assim, conduta ímproba e conduta antiética são sinônimas. A expressão improbidade administrativa, em geral, é empregada para definir toda e qualquer violação ética na gestão de uma dada organização, especialmente no que se refere à gestão administrativa e financeira da mesma.

Verificamos que, para o PT, *corrupção* pode ser tanto um *conceito mais relacionado com o âmbito público*, quanto também *abranger a esfera privada*.

A corrupção é qualquer desvio, em qualquer nível que não seja em benefício do interesse público, interesse da população. Desvios de recursos, de conduta, descumprimento de leis, de normas, o PT considera isso como corrupção. É qualquer ato lesivo para as pessoas. Tudo o que lesa diretamente ao outro, ao próximo, é corrupção. E também é corrupto aquele que aceita corrupção. (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e novembro de 2008).

Sobre as concepções sobre *Improbidade Administrativa*, notamos algumas contradições no discurso. Enquanto alguns sujeitos afirmaram que há *mecanismos de transparência e regularidade de prestação de conta*, outros alegam que *há problemas com prestação de contas*. Seguem os discursos que se contradizem:

O PT tem no seu estatuto, no seu regimento, como toda organização, uma determinação para essa prestação de contas. É de praxe que cada direção, seja ela estadual, municipal ou nacional, preste contas dos seus gastos ao conselho fiscal e essas contas ficam a disposição de todos os seus filiados. Esse é o processo. (Além disso) nós temos que prestar contas mensalmente para o TRE. (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e novembro de 2008).

Não há (um Sistema de prestação de contas). Deveria existir com mais frequência. Pelo nosso estatuto, as contas do partido deveriam ser apreciadas com mais frequência pelos membros do conselho fiscal. Uma coisa que acontece com muito pouca frequência. Quando as contas vão

para o contador, né? (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e novembro de 2008).

6.5 – Considerações Finais

O estudo da atuação do Partido dos Trabalhadores no Espírito Santo à luz da literatura sobre o sistema partidário brasileiro e sobre o PT, em particular, permitiu ampliar o conhecimento sobre diversos aspectos da trajetória do partido no ES. Por meio da análise da organização e dinâmica de interação interna; dos objetivos e estratégias de ação; das articulações com a sociedade civil e com a sociedade política foi possível identificar os elementos que diferenciam o PT em relação aos demais partidos do sistema partidário, assim como a natureza dos vínculos que ele estabelece com a sociedade civil e com o Estado.

Desse ponto de vista, constatou-se que a atuação do PT no Espírito Santo, segue, em linhas gerais, a tendência nacional do partido. A gênese do PT capixaba está de acordo com o movimento do partido a nível nacional a partir da década de 1980. Por meio do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) transcritos no item 4.1 vimos que seus membros são provenientes dos movimentos sociais e populares e constroem suas carreiras políticas a partir da atuação nas lutas sociais locais, a partir da qual conquistam cargos eletivos. Desse modo, caracteriza-se sua origem externa e sua forte ligação com as bases populares

A revisão da literatura sobre o PT sugeriu que durante a trajetória do partido, ocorreram transformações na configuração das articulações políticas com a sociedade civil e com o Estado, cujo movimento expressou mudanças de estratégias de ação com vistas a conquistar poder político institucional. Mudanças essas que expressaram a atualização do discurso petista no sentido de um posicionamento inicial (1982) marcado pela intransigência e pela retórica radicalizada, a uma postura mais flexível e refinada, semelhante a um “reformismo radical”. Na verdade, é possível afirmar que o partido deu uma guinada à direita, mas fez isso não para abandonar os ideais socialistas (que, de resto, sempre foram muito imprecisos no PT), mas sim para passar de uma fase concentrada no **social** para uma fase em que o **institucional** passou a ter

um peso proporcionalmente maior no partido. Com base nessa nova postura, o partido enveredou por um caminho mais realista e pragmático, a partir do qual venceu as eleições presidenciais de 2002. Todavia, quanto mais avançou nessa estratégia, mais o PT foi obrigado a fazer concessões e seguir escolhas bastante semelhantes ao que antes rejeitava e combatia.

Os dados obtidos por esta pesquisa, registrados nos DSC transcritos, confirmam as transformações observadas no plano nacional, assim como demonstra como no âmbito estadual essas atualizações foram feitas. Em suma os dados corroboram a máxima de que a ação política não se faz em condições ótimas, escolhidas livremente, mas depende de circunstâncias históricas bem determinadas, que em boa medida limitam as escolhas dos protagonistas, ainda que também possibilitem que não se tenha de começar sempre do zero, como se nenhum acúmulo tivesse sido registrado.

Finalmente, reconhecemos os limites de uma pesquisa exploratória e descritiva cujas possibilidades analíticas não nos permite avançar em termos de conclusões mais elaboradas. Nesse sentido nossa contribuição se restringe a alguns aspectos que poderão contribuir como pistas para estudos de maior fôlego no futuro. Portanto, mais do que pensar como o PT se articula com o Estado, a pesquisa buscou mapear essa articulação entre sociedade política e sociedade civil no Estado do Espírito Santo, para produzir maior conhecimento sobre sua prática partidária e seus desafios, e dessa forma indicar pistas para entender como as coalizões podem resultar em governos mais democrático e participativo no Espírito Santo.

Referências

- DAGNINO, E. OLVERA, A.J. PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E. OLVERA, A.J. PANFICHI. (Orgs.) **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas – SP: Unicamp, 2006.
- GARCIA, Marco Aurélio. Esquerdas: rupturas e continuidades. In: DAGNINO, Evelina. (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- KINZO, M. D. G. Democratização Brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, vol.14, nº4, 2001
- KINZO, M. D. G. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 57, vol. 20, fevereiro de 2005.
- LAMOUNIER, B. e MENEGUELLO, R. **Partidos Políticos e a Consolidação Democrática: O Caso Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986
- LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti; LEFÈVRE, Fernando. **O Discurso do Sujeito Coletivo**. São Paulo, EDUCS, 2002.
- MAINWARING, Scott P. **Sistemas Partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Estatuto**. Aprovado pelo Diretório Nacional em 11 de abril de 2001. Disponível em <<www.pt.org.br/portalpt/imagens/stories/textos/estatutopt.pdf>> Acessado em 25 de outubro de 2008.
- SCHERER, Canício e PEREIRA, Valter Pires. Entre a Utopia e a Realidade: Tensões e Conflitos entre o PT e Vítor Buaiz (1995 – 1998). **Revista Ágora**, nº 1. Vitória: 2005.
- SINGER, André. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001.
- URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? **Lua Nova: revista de Cultura e Política**. São Paulo, nº. 67, p. 191-228, 2006
- VIEIRA, José Eugênio. **A História Política e Eleitoral do Espírito Santo de 1982 a 1992**. Vitória: Vida, 1993.
- ZORZAL E SILVA, M. Dilemas e perplexidades do Modelo. In: VASCONCELLOS, J. G. (org.). **Memórias do Desenvolvimento**. Vitória: Multiplicidade, 2004.
- ZORZAL E SILVA, M. Mudanças socioeconômicas, governo representativo e governabilidade – Impasses nas Arenas Subnacionais – O caso do Espírito Santo. In: **Revista Interface**, Ano II, nº 04, 1998.